

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	5
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	20
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	21
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	22
10.5 - Políticas contábeis críticas	24
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	26
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	27
10.8 - Plano de Negócios	28
10.9 - Outros fatores com influência relevante	29

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a) *se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:***

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

Cabe destacar que a investida VALE entende que uma efetiva gestão de riscos é fundamental para suportar o atingimento dos seus objetivos e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da VALE, e a continuidade dos seus negócios. Dessa forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta.

As diretrizes e orientações para a estratégia de gestão do risco corporativo estão estabelecidas na Política de Gestão de Risco da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração originalmente em 22 de dezembro de 2005 e alterada em 25 de agosto de 2011 e em 27 de setembro de 2018, em 31 de julho de 2019 e 26 de novembro de 2019.

- b) *os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:***

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

Sua investida VALE

A Política de Gestão de Riscos da VALE, que estabelece as diretrizes e orientações para a gestão integrada global dos riscos aos quais a VALE está exposta, fundamenta-se nos seguintes princípios e diretrizes: (i) apoiar o planejamento estratégico, o orçamento e a sustentabilidade dos negócios do Sistema Vale; (ii) fortalecer a estrutura de capital e a gestão de ativos do Sistema Vale, inserindo os conceitos e critérios de gestão com base no risco em perspectiva na operação e manutenção dos ativos e modais de logística; (iii) fortalecer as práticas de governança da Vale, baseadas no conceito de linhas de defesa; (iv) Adotar os conceitos da ISO 31000, ISO 55000 e do COSO-ERM como referência na gestão de riscos. Para a Segurança Operacional, adotar como sistema de gerenciamento de segurança operacional o RBPS (*Risk Based Process Safety*); (v) mensurar e monitorar os riscos potenciais do Sistema Vale de forma consolidada, considerando-se os efeitos da diversificação, quando aplicável, de seu conjunto de negócios; (vi) estabelecer estrutura especializada para atuação dedicada e independente, como 2ª Linha de Defesa Especialista, na avaliação dos potenciais riscos operacionais, incluindo os riscos geotécnicos; (vii) avaliar os reflexos no mapa e na tolerância a riscos do Sistema Vale quando da decisão de novos investimentos, aquisições e desinvestimentos.

i. os riscos para os quais se busca proteção:

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

- c) *a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

A BRADESPAR não possui estrutura operacional de controle de controles internos.

Sua investida VALE

Em alinhamento com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, a VALE possui uma Gerência Executiva de Governança de Processo, Risco e Controles Internos que avalia o ambiente de controles no nível da entidade a fim de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

assegurar a governança de gestão de riscos de negócios da Companhia. O foco desta avaliação visa fornecer segurança em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Auditoria Interna também atua na verificação do cumprimento das diretrizes e regras dos documentos normativos da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a) *se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política***

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco de mercado.

Cabe destacar que a investida VALE tem a Política de Gestão de Risco, aprovada pelo Conselho de Administração originalmente em 22 de dezembro de 2005, com alterações posteriores, sendo a última alteração datada de 26 de novembro de 2019, estabelece diretrizes que se aplicam à gestão do conjunto dos riscos corporativos aos quais as entidades do Sistema Vale estão expostas, e não especificamente somente aos riscos de mercado.

- b) *objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:***

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**
- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**
- iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**
- iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
- v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
- vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco de mercado.

- c) *adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) *as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:*

Não ocorreram eventuais imperfeições, e, conseqüentemente, não houve necessidade de providências a serem tomadas, na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do emissor, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b) *as estruturas organizacionais envolvidas:*

A BRADESPAR não possui estrutura de controles internos.

c) *se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:*

A BRADESPAR não possui estrutura de controles internos.

d) *deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:*

Considerando nossos conhecimentos e os trabalhos realizados pelo auditor independente que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações contábeis da BRADESPAR, não há deficiências ou recomendações sobre os controles internos no relatório do auditor independente que pudessem afetar de maneira significativa as nossas demonstrações contábeis.

e) *comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:*

Uma vez que não existem deficiências ou recomendações no relatório do auditor independente, não existem comentários dos diretores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a) ***se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:***
- i. **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:**

A BRADESPAR dispõe de um Código de Conduta Ética. Este instrumento estabelece as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da Companhia.

- ii. **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; e**

Em 2012, o Código de Conduta Ética da BRADESPAR S.A. foi aprovado pelo Conselho de Administração, onde os principais valores e princípios éticos foram considerados na elaboração do Código e estão divididos em pilares de Integridade, Equidade, Compromisso com a Informação, dentre outros.

Cabe ao Conselho de Administração determinar as diretrizes sobre o assunto, como também apoiar o Programa de Integridade para que tenha a sua efetiva aplicação em toda a Organização, tendo por base os valores e princípios estabelecidos no Código.

Aplica-se a todos os administradores, funcionários, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços da BRADESPAR e suas sociedades controladoras e controladas, direta ou indiretamente.

O documento está publicado no site da BRADESPAR (www.bradespar.com.br).

- iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

Sim, é aplicável.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

O Código de Conduta Ética está disponível para consulta na IntraNet Corporativa e no site da BRADESPAR – Governança Corporativa – Documentos Corporativos (<https://www.bradespar.com.br/SiteBradespar/Inicio/A-Bradespar/Governanca-Corporativa>). Ações de endomarketing são empreendidas para toda a Organização, disseminando a cultura ética por meio do próprio Código.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

Violações ao Código de Conduta Ética, às políticas e normas da BRADESPAR estão sujeitas às ações disciplinares aplicáveis, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 2.8.2012.

O código é divulgado no site da BRADESPAR – Governança Corporativa – Documentos Corporativos (<https://www.bradespar.com.br/SiteBradespar/Inicio/A-Bradespar/Governanca-Corporativa>).

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Denúncias e manifestações por parte de colaboradores ou de terceiros que tenham conhecimento de violações ao Código de Conduta Ética, as Políticas e Normas da BRADESPAR, bem como quaisquer informações acerca de eventual descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a BRADESPAR e empresas controladoras e controladas, podem ser feitas ao superior imediato, à respectiva diretoria, ou ainda por intermédio do e-mail Bradespar@bradespar.com, no site www.bradespar.com.br – Atendimento – Fale com RI.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas:

Nos processos de fusões, aquisições, alienações e parcerias, é necessária prévia diligência, voltada especificamente para anticorrupção, visando a identificar passivos ou atividades que possam trazer riscos oriundos de atos de corrupção e de suborno, como também, prever cláusulas contratuais específicas ao negócio que resguardem a Companhia.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:

Item não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Com relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a BRADESPAR está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A BRADESPAR não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos em sua investida, a VALE, a qual tem seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, tendo sido constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Bradesco, para atender a dois objetivos: (i) receber parcelas do patrimônio do Bradesco, cindidas em conformidade com a regulamentação do Banco Central, correspondentes a participações societárias não financeiras em sociedades atuantes nos setores de mineração, siderurgia, energia, TV por assinatura e tecnologia de informação; e (ii) permitir a administração mais ativa de investimentos não financeiros.

Em 2019, a economia brasileira apresentou os primeiros sinais de recuperação, com o início das reformas estruturais, notadamente a da Previdência. Não obstante, a taxa de desemprego ainda é elevada e o crescimento do PIB ainda está abaixo das expectativas gerais. A inflação seguiu confortável ao longo do ano, permitindo significativos cortes na taxa básica de juros (SELIC).

A BRADESPAR seguiu participando com dedicação e atenção de sua investida, a VALE, neste que foi o ano mais difícil da história da empresa.

Assim, a VALE apresentou resultados negativos, em que pese ter mantido basicamente equilibrada sua situação econômico-financeira.

Como consequência, no exercício de 2019, a BRADESPAR registrou prejuízo de R\$ 403,2 milhões, em linha com os resultados da VALE.

Não obstante, buscando simetria com a sua investida, a BRADESPAR declarou em dezembro a formação de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 269,3 milhões, a serem pagos em conformidade com os seus fluxos de geração de caixa e distribuição do resultado da sua investida. Importante destacar que a dívida líquida da Companhia chegou a praticamente zero no exercício de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, sua carteira de investimentos era composta pela investida VALE. Sua receita operacional é proveniente na maior parte: (i) do resultado da equivalência patrimonial na VALE, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos; e (ii) dos ganhos realizados na alienação de investimentos. A receita operacional da BRADESPAR em 31 de dezembro de 2019 foi negativa, totalizando R\$ 358,8 milhões, composta por equivalência patrimonial da VALE.

Variações no resultado da VALE poderão impactar, proporcionalmente, os resultados operacionais da BRADESPAR.

Sobre a investida VALE

Empresa privada brasileira, a VALE está presente em cerca de 30 países, sendo uma das maiores mineradoras do mundo na produção de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel. A empresa também produz minério de manganês, ferroligas, carvão térmico e metalúrgico, cobre, subprodutos de metais do grupo da platina, ouro, prata e cobalto. Opera, ainda, grandes sistemas de logística no Brasil e outras regiões do mundo, incluindo ferrovias, terminais marítimos e portos, integrados às suas operações.

Em 2019, a VALE registrou prejuízo de US\$ 1,7 bilhão devido, essencialmente, a (i) provisões e despesas relativas a ruptura da barragem de Brumadinho, incluindo a descaracterização de barragens e acordos de reparação, (ii) registro de *impairment* e contratos onerosos sem efeito caixa, relacionados, principalmente, aos segmentos de metais básicos e carvão, e (iii) provisão relacionadas à Fundação Renova e descaracterização da barragem de Germano (MG).

No ano que se encerrou, a VALE registrou EBITDA de US\$ 18,0 bilhões, ficando US\$ 1,4 bilhão superior ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, a maiores preços e variações cambiais favoráveis, que foram parcialmente compensados por menores volumes de produção e maiores custos e despesas de parada, especialmente relacionadas a Brumadinho.

Os investimentos permaneceram em linha com 2018, totalizando US\$ 3,7 bilhões, sendo US\$ 544,0 milhões, em execução de projetos, e US\$ 3,2 bilhões em manutenção de operações.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Cumpra destacar que desde o rompimento da barragem I da Mina Córrego do Feijão, situada na cidade de Brumadinho, MG, ocorrida em 25 de janeiro de 2019, a VALE tem enfrentado seu mais difícil desafio, empenhando seus melhores esforços para minimizar o impacto causado, promovendo reparação nas frentes sociais e de obras emergenciais, a recuperação ambiental e o compromisso com a descaracterização das suas barragens a montante, medidas de prevenção e garantias para que isso nunca mais se repita.

Trimestralmente, a Companhia divulga um relatório com o Balanço da Reparação, prestando contas à Sociedade, além das diversas iniciativas realizadas nos âmbitos social, de obras e de segurança. Conheça mais nesse sentido em www.vale.com.

Cenário Econômico e Resultados da BRADESPAR

Em 2019, o real teve uma desvalorização de 4,0% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 4,0307 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$ 3,8748 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 6,50% em dezembro de 2018 para 4,50% em dezembro de 2019.

Em 2018, o real teve uma desvalorização de 17,1% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 3,8748 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 comparado com R\$ 3,3080 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2017. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 7,00% em dezembro de 2017 para 6,50% em dezembro de 2018.

Em 2017, o real teve uma desvalorização de 1,5% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 3,3080 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2017 comparado com R\$ 3,2591 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2016. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 13,75% em dezembro de 2016 para 7,00% em dezembro de 2017.

Indicamos abaixo dados referentes aos resultados da BRADESPAR (Consolidado), nos anos de 2019, 2018 e 2017:

R\$ Milhões	2019	2018	2017
Receita Operacional Bruta	(359)	2.794	2.732
Resultado do Exercício	(403)	1.190	2.328
Patrimônio Líquido	9.561	9.960	8.806
Rentabilidade Anualizada Sobre o Patrimônio líquido médio ⁽¹⁾	-6,2%	18,3%	43,8%
Valor Contábil dos investimentos	9.344	9.845	9.391

(1) Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

A seguir, relacionamos o valor contábil e de mercado do investimento detido pela BRADESPAR, em 2019, 2018 e 2017:

VALE			
R\$ milhões	Dez19	Dez18	Dez17
Valor Contábil	9.343,8	9.844,7	9.391,0
Valor de Mercado ⁽²⁾	15.665,3	14.989,3	13.405,2

(2) O valor de mercado da VALE considera a cotação de fechamento na B3 das ações ordinárias e preferenciais da VALE (VALE3 e VALE5), multiplicada pelo número de ações da VALE detidas indiretamente pela Companhia. Em 2019, do dia 30 de Dezembro; e em 2018 e 2017, do dia 28 de dezembro.

b) Estrutura de capital

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estrutura de Capital	Quantidade de Ações		
	Dez19	Dez18	Dez17
ON	122.171.449	122.171.449	122.523.049
PN	225.862.596	225.862.596	227.024.896
Total Integralizado	348.034.045	348.034.045	349.547.945
Ações em Tesouraria (ON)	-	-	(351.600)
Ações em Tesouraria (PN)	-	-	(1.162.300)
Total em Circulação	348.034.045	348.034.045	348.034.045

Em reunião do Conselho de Administração de 14 de agosto de 2019, deliberou-se renovar o programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do Capital Social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 10.870.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 970.000 ordinárias e até 9.900.000 preferenciais, pelo prazo de 365 dias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2018, foi aprovada o cancelamento da totalidade das ações de emissão da BRADESPAR mantidas em tesouraria, adquiridas por meio de programa de recompra de ações, consistente de 1.513.900 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 351.600 ordinárias e 1.162.300 preferencias, sem redução no capital social.

Em reunião do Conselho de Administração de 13 de agosto de 2018, deliberou-se implementar o programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do Capital Social e autorizou-se que a Diretoria da Companhia adquira até 10.870.000 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 970.000 ordinárias e até 9.900.000 preferenciais, pelo prazo de 365 dias.

Até 31 de dezembro de 2019, não foram adquiridas em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 4,1 bilhões, composto por 348.034.045 ações, sendo 122.171.449 ações ordinárias e 225.862.596 ações preferenciais. Já em 31 de dezembro de 2017 o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 4,1 bilhões, composto por 349.547.945 ações, sendo 122.523.049 ações ordinárias e 227.024.896 ações preferenciais.

Nos últimos 3 exercícios sociais, os ativos da BRADESPAR foram fundamentalmente financiados por meio de capital próprio conforme o quadro a seguir:

	R\$ milhões					
	Dez19	% em relação ao passivo total	Dez18	% em relação ao passivo total	Dez17	% em relação ao passivo total
Patrimônio Líquido dos acionistas Controladores	9.561	94,6%	9.960	93,7%	8.806	77,8%
Capital de Terceiros ⁽¹⁾	545	5,4%	674	6,3%	2.517	22,2%
Passivo Total	10.106	100,0%	10.634	100,0%	11.323	100,0%

(1) Passivo Total excluindo-se o Patrimônio Líquido.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os administradores da Companhia, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como seus respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante o entendimento da Administração da Companhia, caso sejam necessários recursos para complementação de tal montante, estes serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos, a serem avaliados e contratados pela Companhia, alienação de ativos, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em cumprimento com todas as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida mencionados na alínea “f” abaixo e acredita que continuará a honrar tais compromissos sem que tal fato implique em qualquer impacto negativo relevante em seus negócios ou performance financeira.

Para melhor entendimento da capacidade de pagamento da Emissora em relação aos seus compromissos financeiros assumidos, informamos a seguir o seu índice de liquidez geral.

Indicador de Liquidez

Indicador	2019	2018	2017
Liquidez Geral	1,4	1,2	0,8

Em 2019 o índice de Liquidez Geral, manteve-se, praticamente estável, demonstrando que a BRADESPAR tem honrado a suas obrigações de curto e longo. Já em 2018, o índice de Liquidez Geral apresentou um aumento, devido a amortização de debêntures. Nos anos de 2017 e 2016 manteve-se estável. O índice é obtido através do somatório do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, dividido pelo somatório dos Passivos Circulantes e Não Circulantes.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- os dividendos e/ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas investidas da Companhia;
- os recursos provenientes das vendas de participações societárias;
- as emissões de títulos de dívida no mercado de capitais brasileiro e internacional; e
- os aumentos de capital.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes da Companhia foram originadas, principalmente:

- em 2019: Não recebemos recursos;
- em 2018, por: (i) recebimento de R\$ 684,6 milhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALE; e (ii) recebimento de R\$ 1,24 bilhão referentes a venda de 39.058.000 ações da VALE;
- em 2017, por: (i) recebimento de R\$ 206,4 milhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALEPAR/VALE; e (ii) recebimento de R\$ 1,41 bilhão referentes a venda das 53.464.240 ações da CPFL; e

Recursos Provenientes das Atividades de Financiamento

Os recursos provenientes de atividades de financiamento da Companhia foram originados:

- durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve captações de recursos provenientes de atividades de financiamento.
- durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, pela captação de recursos por meio da emissão de Debêntures da Sétima Emissão Pública no valor total de R\$ 700,0 milhões, os quais foram utilizados para a quitação das obrigações relativas às Debêntures da Sexta Emissão Pública; e pela captação de recursos por meio da emissão de Notas Promissórias da Terceira Emissão Pública no valor total de R\$ 2,4 bilhões, os quais foram utilizados para cumprir com as obrigações existentes na Companhia; e
- durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve captações de recursos provenientes de atividades de financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes citadas no item 10.1 “d” que foram utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são adequadas, e continuarão a ser utilizadas em eventual deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela a seguir apresenta informações financeiras selecionadas com relação ao endividamento, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Instrumento	Saldo (R\$ milhões)			Custo	Pagamento	Vencimento	Obrigações Principais (R\$ milhões)
	2019	2018	2017				
Debêntures da Sexta Emissão ⁽¹⁾	-	-	1.711,8	105,5% da variação do CDI	No vencimento	Julho de 2018	Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$ 3.000.000
Debêntures da Sétima Emissão ⁽²⁾	223,0	209,9	-	103,95% da variação do CDI	No vencimento	Junho de 2021	Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$ 3.000.000
Notas Promissórias da Terceira Emissão ⁽³⁾	-	-	-	103,5% da variação do CDI	No vencimento	Agosto de 2019	Manutenção de endividamento líquido abaixo de R\$ 3.000.000
Dívida Bruta	223,0	209,9	1.711,8	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa ⁽⁴⁾	201,2	459,8	1.671,7	-	-	-	-
Dívida Líquida	21,8	(249,9)	40,1	-	-	-	-

(1) Emitidas em 6 de julho de 2015 e liquidadas em 6 de julho de 2018;

(2) Em 28 de junho de 2018 foram emitidas R\$ 700,0 milhões e em 27 de dezembro de 2018 foram amortizados R\$512,7 milhões;

(3) Emitidas em 13 de agosto de 2018 e liquidadas em 19 de dezembro de 2018; e

(4) Do saldo apresentado em 2017, R\$ 1.233 milhões refere-se a aplicações em fundos, mediante recurso recebido da venda de ações da CPFL.

Em 2019 não houve emissão de dívida.

Em 13 de agosto de 2018, a BRADESPAR efetuou sua Terceira Emissão Pública de Notas Promissórias em série única, sendo 24 Notas no valor unitário de R\$ 100 milhões totalizando R\$ 2,4 bilhões com vencimento em 13 de agosto de 2019.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e serão pagos junto com o principal.

Em 19 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou o resgate total das Notas Promissórias da Terceira Emissão no montante de R\$ 2,458 bilhões.

Em 28 de junho de 2018, a BRADESPAR efetuou sua Sétima Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 70.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 700 milhões com vencimento em 28 de junho de 2021.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,95% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 6 de julho de 2018, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros das Debêntures da Sexta Emissão no montante de R\$ 665,8 milhões.

Em 27 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou a amortização antecipada extraordinária parcial das Debêntures da Sétima Emissão no montante de R\$ 512,7 milhões.

Em 2017 e 2016 não houve emissão de dívida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou sua Sexta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 126.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 1,260 bilhão com vencimento em 1.096 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 105,5% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros das Debêntures da Quinta Emissão no montante de R\$ 1,240 bilhão.

Em 2014 não houve emissão de dívida.

Em 4 de julho de 2013, a BRADESPAR efetuou sua Quinta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 100.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 1 bilhão com vencimento em 732 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 105,3% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2013, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 610,8 milhões e da Quarta Emissão de Debêntures no montante de R\$ 376,2 milhões.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou sua Quarta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 35.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 350 milhões com vencimento em 365 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 322,1 milhões.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 29.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 290 milhões com vencimento em 366 dias a contar da data de emissão e a segunda de 51.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 510 milhões com vencimento de 731 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 103,8% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 105,5% para a segunda série, calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 15.581.955 (quinze milhões, quinhentas e oitenta e uma mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures no montante de R\$ 807,5 milhões.

Em 9 de julho de 2010, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures no montante de R\$ 152,9 milhões.

Em 13 de julho de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 140.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 140 milhões com vencimento em 361 dias a contar da data de emissão e a segunda de 660.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 660 milhões com vencimento de 721 dias a contar da data de emissão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 105% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 108% para a segunda série, calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 690 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão totalizando R\$ 690 milhões com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 110% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 53,1% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 53,1% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu no dia 13 de julho de 2009, no montante de R\$ 729,5 milhões.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 610.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 610 milhões com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 125% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e foram pagos junto com o principal.

As Debêntures contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 46,9% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 46,9% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento antecipado de 99% do principal e juros ocorreu no dia 22 de maio de 2009, no montante de R\$ 633,4 milhões, e pagamento do saldo remanescente da totalidade das Debêntures ocorreu no dia 19 de junho de 2009, no montante de R\$ 6,4 milhões.

Em 18 de julho de 2008, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 1.400 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão, totalizando R\$ 1,4 bilhão com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 106,0% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu nos dias 02 de janeiro de 2009 e 14 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 1.495,539 milhões.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação contratual entre as dívidas.

Adicionalmente, considerando a totalidade das obrigações registradas no passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial da Companhia e o respectivo grau de subordinação entre elas, informamos que: (i) as obrigações de natureza fiscais e legais correspondiam em 2019 a 8,5%, 2018 a 7,4% e em 2017 a 2,2%; (ii) as obrigações de natureza quirográfica (debêntures e notas promissórias) correspondiam em 2019 a 40,9%, 2018 a 31,1% e em 2017 a 68,0%; (iii) os

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

outros créditos, representados, essencialmente, pelos dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a pagar, correspondiam em 2019 a 50,6%, 2018 a 61,5% e em 2017 a 29,8%.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

De acordo com o disposto no Acordo de Acionistas da VALE, firmado em 14 de agosto de 2017, as 216.213.175 Ações da VALE estão sujeitas à restrição de negociação até novembro de 2020.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial Consolidado, apresentamos abaixo um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

Balanço Patrimonial - Consolidado										
R\$ mil	Dez19	Dez18	Dez17	Análise Vertical %			Análise Horizontal			
				Dez19	Dez18	Dez17	Dez19 x Dez18		Dez18 x Dez17	
							R\$	%	R\$	%
Ativo										
Ativo Circulante	554.523	564.861	1.790.505	5,5	5,3	15,8	(10.338)	(1,8)	(1.225.644)	(68,5)
Caixa e Equivalentes de Caixa	201.185	459.811	1.671.661	2,0	4,3	14,8	(258.626)	(56,2)	(1.211.850)	(72,5)
Outros Valores a Receber	353.338	105.050	118.844	3,5	1,0	1,0	248.288	236,4	(13.794)	(11,6)
Ativo Não Circulante	9.551.579	10.069.475	9.532.010	94,5	94,7	84,2	(517.896)	(5,1)	537.465	5,6
Ativo Realizável a Longo Prazo	206.740	224.769	141.015	2,0	2,1	1,2	(18.029)	(8,0)	83.754	59,4
Tributos a Compensar ou a Recuperar	198.935	217.265	133.832	2,0	2,0	1,2	(18.330)	(8,4)	83.433	62,3
Depósitos Judiciais	7.805	7.504	7.183	0,1	0,1	0,1	301	4,0	321	4,5
Investimentos	9.343.767	9.844.701	9.390.988	92,5	92,6	82,9	(500.934)	(5,1)	453.713	4,8
Imobilizado	105	5	7	0,0	-	-	100	2.000,0	(2)	(28,6)
Intangível	967	-	-	0,0	-	-	967	-	-	-
Total	10.106.102	10.634.336	11.322.515	100,0	100,0	100,0	(528.234)	(5,0)	(688.179)	(6,1)
Passivo										
Passivo Circulante	314.389	457.966	2.476.434	3,1	4,3	21,9	(143.577)	(31,4)	(2.018.468)	(81,5)
Impostos e Contribuições a Recolher	38.589	43.157	13.821	0,4	0,4	0,1	(4.568)	(10,6)	29.336	212,3
Dividendos e JCP a Pagar	246.886	387.966	723.404	2,4	3,6	6,4	(141.080)	(36,4)	(335.438)	(46,4)
Debêntures	-	-	1.711.854	-	-	15,1	-	-	(1.711.854)	(100,0)
Outras Obrigações	28.914	26.843	27.355	0,3	0,3	0,2	2.071	7,7	(512)	(1,9)
Passivo Não Circulante	230.858	216.526	40.073	2,3	2,0	0,4	14.332	6,6	176.453	440,3
Debêntures	223.017	209.861	-	2,2	2,0	-	13.156	-	209.861	-
Provisões e Obrigações	7.841	6.665	40.073	0,1	0,1	0,4	1.176	17,6	(33.408)	(83,4)
Patrimônio Líquido Consolidado	9.560.855	9.959.844	8.806.008	94,6	93,7	77,8	(398.989)	(4,0)	1.153.836	13,1
Capital Social Realizado	4.100.000	4.100.000	4.100.000	40,6	38,6	36,2	-	-	-	-
Reserva de Lucros	2.106.573	2.779.080	2.006.029	20,8	26,1	17,7	(672.507)	(24,2)	773.051	38,5
Reserva Legal	227.610	227.610	168.086	2,3	2,1	1,5	-	-	59.524	35,4
Reserva Estatutária	1.878.963	2.551.470	1.858.253	18,6	24,0	16,4	(672.507)	(26,4)	693.217	37,3
Ações em Tesouraria	-	-	(20.310)	-	-	(0,2)	-	-	20.310	(100,0)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.354.282	3.080.764	2.699.979	33,2	29,0	23,8	273.518	8,9	380.785	14,1
Total	10.106.102	10.634.336	11.322.515	100,0	100,0	100,0	(528.234)	(5,0)	(688.179)	(6,1)

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalente de caixa é composto de aplicações de fundos de investimentos e disponibilidade de recursos em moeda nacional. Destacamos que, em 2017, houve o aumento de R\$ 1.233 milhões referente às aplicações em fundos de renda fixa, mediante ao recurso recebido na venda de ações da CPFL.

Outros Valores a Receber

Em 2019, os valores a receber no montante de R\$ 353.338 mil, referem-se a Juros Sobre o Capital Próprio da VALE.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2018, os valores a receber no montante de R\$ 105.050 mil, referem-se a alienação de ações da VALE.

Em 2017, os valores a receber no montante de R\$ 118.844 mil, referem-se a Juros Sobre o Capital Próprio da VALE.

Títulos Disponíveis para Venda

Em 2019 e 2018, não possui montante nesta categoria. Já em 2017, as Ações da CPFL foram negociadas na B3 no pregão de 30 de novembro e adquiridas pela State Grid Brazil.

Investimentos

A oscilação na conta de investimentos está relacionada, na maior parte, à equivalência patrimonial e ao ajuste de avaliação patrimonial (ajuste reflexo) oriundos da VALEPAR/VALE.

As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da BRADESPAR são demonstradas a seguir:

Empresas	Quantidade de Ações Detidas (em mil) - ON	Participação no Capital Social %	Total do Investimentos - R\$ milhões		
			31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
VALE ^{(1) (2)}	293.907	5,56	9.344	9.845	9.391
MILLENIUM ⁽³⁾	-	100,00	1	1	1
Total	-	-	9.345	9.846	9.392

(1) Investimento com influência significativa, garantida por Acordo de Acionistas;

(2) As informações referentes a 31 de dezembro de 2019, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR; e

(3) Investimento oriundo na incorporação da Antares pela Millenium em abril de 2017.

Debêntures a Pagar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo atualizado correspondia a R\$ 223,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo atualizado correspondia a R\$ 209,9 milhões.

Em 27 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou a amortização antecipada extraordinária parcial das Debentures da Sétima Emissão no montante de R\$ 512,7 milhões.

Em 28 de junho de 2018, a BRADESPAR efetuou a sétima emissão pública de 70.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil, totalizando R\$ 700,0 milhões, com vencimento em 28 de junho de 2021. As debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 103,95% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI "over extra grupo" - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures, calculadas desde a data de emissão até o final do período de capitalização, *pro rata temporis*. Os recursos, obtidos por meio da emissão das debêntures, foram destinados para a quitação integral relativas às debêntures da 6ª (sexta) emissão, cujo vencimento ocorreu em 6 de julho de 2018.

Em 2017, a BRADESPAR não efetuou emissão pública de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo correspondia a R\$ 1.711,9 milhões.

Demonstração do Resultado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em R\$ mil	2019	2018	2017	Análise Vertical %			Análise Horizontal			
				2019	2018	2017	2019 x 2018		2018 x 2017	
							R\$	%	R\$	%
Resultado na Venda de Ações do Ativo Financeiro Disponível para Venda	-	-	1.407.280	-	-	51,5	-	-	(1.407.280)	(100,0)
Resultado na Alienação de Investimentos	-	1.239.532	-	-	44,4	-	(1.239.532)	-	1.239.532	-
Equivalência Patrimonial	(358.760)	1.520.308	1.324.741	100,0	54,4	48,5	(1.879.068)	-	195.567	14,8
Outras Receitas Operacionais	-	34.405	-	-	1,2	-	(34.405)	-	34.405	-
Receita Operacional	(358.760)	2.794.245	2.732.021	100,0	100,0	100,0	(3.153.005)	-	62.224	2,3
Despesas Gerais e Administrativas	(3.793)	(20.003)	(13.059)	1,1	(0,7)	(0,5)	16.210	(81,0)	(6.944)	53,2
Despesas de Pessoal	(13.356)	(6.327)	(6.102)	3,7	(0,2)	(0,2)	(7.029)	111,1	(225)	3,7
Receitas / Despesas Financeiras	12.539	(35.565)	(99.167)	(3,5)	(1,3)	(3,6)	48.104	-	63.602	(64,1)
Despesas Tributárias	(39.671)	(119.450)	(103.069)	11,1	(4,3)	(3,8)	79.779	(66,8)	(16.381)	15,9
Outras Despesas Operacionais	(38)	(1.414.210)	-	0,0	(50,6)	0,0	1.414.172	(100,0)	(1.414.210)	-
Resultado antes do IR/CS	(403.079)	1.198.690	2.510.624	112,4	42,9	91,9	(1.601.769)	-	(1.311.934)	(52,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(128)	(8.194)	(182.249)	0,0	(0,3)	(6,7)	8.066	(98,4)	174.055	(95,5)
Resultado do Exercício	(403.207)	1.190.496	2.328.375	112,4	42,6	85,2	(1.593.703)	-	(1.137.879)	(48,9)

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2019, registrou receita operacional negativa de R\$ 358,8 milhões, composta por equivalência patrimonial negativa da VALE, devido, principalmente, a ruptura da barragem de Brumadinho, bem como aos registros de *impairment* relacionados aos segmentos de metais e carvão.

Em 2018, a Companhia registrou receita operacional de R\$ 2,8 bilhões. Ressalta-se que esse resultado foi impactado pela alienação de 39.058.000 ações da VALE, bem como, em 2017, pela venda de 53.464.240 ações da CPFL Energia. Ainda assim, descontando esses efeitos extraordinários, a receita operacional apresentou crescimento de 14,8% em relação ao ano anterior, reflexo do resultado apresentado pela VALE.

Despesas de Pessoal, Gerais e Administrativas

As despesas de pessoal, gerais e administrativas são compostas essencialmente por serviços advocatícios e consultorias para gestão dos negócios da companhia, bem como gastos com editais e publicações em jornais e taxas da B3. Vale ressaltar que a Diretoria Executiva da companhia está constantemente reavaliando todas as despesas e sempre buscando as melhores alternativas para reduzi-las, com a adoção de medidas que melhorem sua gestão, tais como renegociação de contratos com fornecedores, abertura de concorrência para contratação de escritórios de advocacia e consultorias, buscando constantemente melhores condições de preços e custo benefício, preservando a sua estrutura de capital saudável.

Em 2019, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram R\$ 17,1 milhões, sendo R\$ 13,3 milhões de despesas de pessoal e R\$ 3,8 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2019 deveu-se, a menores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

Em 2018, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram R\$ 26,3 milhões, sendo R\$ 6,3 milhões de despesas de pessoal e R\$ 20,0 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2018 deveu-se, a maiores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

Em 2017, as despesas de pessoal, gerais e administrativas da BRADESPAR totalizaram R\$ 19,2 milhões, sendo R\$ 6,1 milhões de despesas de pessoal e R\$ 13,1 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2017 deveu-se, a maiores gastos com serviços advocatícios e consultorias para gestão dos negócios da Companhia.

Resultado Financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado financeiro da BRADESPAR, em 2019, atingiu o valor positivo de R\$ 12,5 milhões, devido, principalmente, a receita de aplicações financeiras e a redução do endividamento da BRADESPAR, com o resgate antecipado total da sua Terceira Emissão de Notas Promissórias no montante de R\$ 2,458 bilhões, bem como a amortização antecipada parcial da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples, no montante de R\$ 512,7 milhões, ocorrida no final de 2018.

Em 2018, o resultado financeiro atingiu valor negativo de R\$ 35,6 milhões, devido, principalmente, aos juros das debêntures e notas promissórias da BRADESPAR, calculados com base no CDI, impactado pela taxa básica de juros (Selic).

Em 2017, atingiu valor negativo de R\$ 99,2 milhões, devido, principalmente, aos juros das debêntures da BRADESPAR, calculados com base no CDI, impactado pela taxa básica de juros (Selic) no período.

Outras Despesas Operacionais

Em 2018, as outras despesas operacionais, refere-se substancialmente, a despesa com o acordo judicial do processo (Elétron) para encerramento dos litígios judiciais, no montante de R\$ 1,4 bilhão.

Resultado do Exercício

A BRADESPAR, ao final de 2019, apresentou prejuízo de R\$ 403,2 milhões, reflexo do resultado apresentado pela VALE.

Em 2018, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 18,3%.

Já em 2017, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 2,33 bilhões, 270,0% superior ao ano anterior, sendo o melhor resultado da história da Companhia. O retorno sobre o patrimônio líquido médio alcançou 43,8% (não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido).

É relevante lembrar que o resultado de 2017 foi impactado pela alienação de 53.464.240 ações da CPFL Energia, no valor bruto de R\$ 1,48 bilhão. Ainda assim, descontando esse efeito extraordinário, o resultado antes de IR/CS apresentou crescimento de 69,8% em relação ao ano anterior, reflexo do excelente resultado apresentado pela VALE.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro***a) Resultados das operações do emissor, em especial:***

- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita***
- ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais***

Com relação às alterações significativas sobre o resultado operacional, foram comentadas no item 10.1 h.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A BRADESPAR, como companhia de investimentos, não tem variações das receitas diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços. Porém pode ser afetada pelos efeitos destas variações nos resultados da VALE.

Variações da receita da VALE poderá impactar de forma relevante os resultados operacionais da BRADESPAR e os principais fatores que afetam seus respectivos resultados operacionais também afetam os da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs***a) Introdução ou alienação de segmento operacional***

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2019 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em novembro e dezembro de 2018, a BRADESPAR alienou 39.058.000 ações ordinárias de emissão da VALE obtendo acréscimo na receita operacional de R\$ 1,24 bilhão.

Em 30 de novembro de 2017, com a adesão à Oferta Pública de Aquisição de ações de emissão da CPFL Energia S.A. pela State Grid Brazil, a BRADESPAR, negociou as ações na B3, pelo valor bruto de R\$ 1,48 bilhão. A BRADESPAR apurou nesta transação um lucro de R\$ 1,41 bilhão. Os tributos a recolher, referente a COFINS e PIS sobre o lucro apurado na venda das ações, no montante de R\$ 65 milhões, foram compensados com tributos a compensar. Os tributos a recolher, referente ao IRPJ e CSLL sobre o lucro apurado na venda das ações e sobre as atividades operacionais da Companhia, computados a realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, observado o limite de 30% do lucro real do período-base, totalizaram R\$ 333 milhões, foram recolhidos e compensados com tributos a compensar, o montante de R\$ 278 milhões e R\$ 55 milhões, respectivamente.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da BRADESPAR estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os Diretores da BRADESPAR informam que não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos no patrimônio líquido e no lucro líquido da BRADESPAR nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, em decorrência de alterações em práticas contábeis.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamentos Mercantil

O CPC 06 (R2), emitido em janeiro de 2016 em substituição às normas CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil, ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, estabelece que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). O CPC 06 (R2) é mandatório para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019.

A Bradespar adotou o CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas.

A nova norma foi adotada para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e do ICPC 03.

Em 01 de janeiro de 2019 foram registrados ativos e passivos no montante de R\$ 4.176.611, os montantes foram trazidos a valor presente por uma taxa de desconto entre 6,59% e 9,97% dependendo o prazo de arrendamento de cada contrato.

Políticas Contábeis

A Bradespar avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Bradespar aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Bradespar reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

No início de um arrendamento, a Bradespar reconhece um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Bradespar leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo spread de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da CPC 06 (R2) pois tratam-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Bradespar aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

IFRIC 23 - Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento de tributos sobre o lucro é aceitável pela Autoridade Fiscal, de acordo com a legislação tributária. Neste sentido, Autoridade Fiscal é considerada a decisão final dos tribunais superiores sobre a matéria. O escopo da Interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido. No entanto, não se aplica à incerteza relativa a tributos abrangidos por outras normas. A IFRIC 23 tornou-se operacional para períodos financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Efetuou-se um estudo sobre os efeitos produzidos pela referida norma e concluiu-se que não houve impactos materiais na BRADESPAR.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A apresentação das demonstrações contábeis está de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração adotados pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, os quais requerem que a Administração da Companhia, em alguns casos, faça julgamentos e preparem estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente dos ativos e passivos, em cada período, e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base em novas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas. Essas estimativas, mesmo que revisadas, poderão ser diferentes dos resultados reais futuros da Companhia.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão apresentados a seguir:

(i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018, a Companhia passou a aplicar o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM no 594/09, sendo:

Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*
- b) natureza e o propósito da operação*
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios***a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, foi constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Bradesco. Em 31 de dezembro de 2019, o investimento era composto pela investida VALE. Sua receita operacional é proveniente na maior parte do resultado da equivalência patrimonial, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não foram divulgadas a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há novos produtos e serviços no plano de negócios da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Conforme orientação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 – Eventos Subsequentes, a Administração da BRADESPAR informa que não foi possível, neste momento, mensurar eventuais impactos econômico financeiros futuros decorrentes da pandemia do Covid-19, considerando ainda que a BRADESPAR é uma Holding e suas operações são afetadas principalmente pelo impacto de seu investimento em empresa com influência significativa. A propagação do Covid-19 e os consequentes efeitos nos mercados ocorreram no início de 2020, isto é, esses acontecimentos não fornecem evidências adicionais sobre a situação que existia em 31 de dezembro de 2019, dessa forma estamos diante de um evento não ajustável nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.